

Veículo: *O Globo*

Data: 04/07/2007

Autor: Merval Pereira

Causa e efeito

Steven Levitt, o economista autor do best-seller mundial “Freakonomics”, que lançou a polêmica tese de que a legalização do aborto nos anos 1970 reduziu o crime nos Estados Unidos nos anos 1990, prevenindo o nascimento de filhos indesejados, é o estudioso mais citado aqui no seminário sobre criminalidade na América Latina, realizado no Centro Alfred Taubman, da escola de governo da Universidade de Harvard, em conjunto com o Instituto Fernando Henrique Cardoso.

E porque é muito citado pelos economistas, também é muito rebatido por outros acadêmicos aqui presentes, mais ligados às áreas humanas. Por isso, o fenômeno da criminalidade, e como combatê-lo, têm diagnósticos às vezes conflitantes, embora predomine a visão de que ações preventivas, penas alternativas e multas são tão eficientes, e menos caras, para a contenção da violência quanto o encarceramento.

O economista brasileiro José Alexandre Scheinkman, atualmente professor em Princeton e um dos organizadores do seminário, teve uma discussão com Jo Becker, uma cientista política diretora da Human Rights Watch, uma Ong que investiga os direitos humanos no mundo.

Citando Levitt, e ressaltando que tratava do tema porque no Brasil “somos muito lenientes com os criminosos juvenis”, Scheinkman mostrou estatísticas sobre a conexão entre o tráfico de drogas e o crime violento, especialmente entre os jovens. A epidemia de crack nos Estados Unidos nos anos 1970 dobrou o número de vítimas de assassinato no grupo de idade entre 14 e 17 anos.

Os números de Levitt demonstram também que a criminalidade juvenil antes do 18 anos diminuiu nos estados onde a legislação é mais rigorosa, trazendo de volta um debate que foi muito intenso recentemente no Brasil, sobre a antecipação da maioridade penal.

A progressão do crime entre jovens é assustadora: os de 15 anos cometem 30% menos crimes violentos do que os de 16 anos, e esses menos 20% do que os de 17 anos. “Mas, nos estados lenientes, os de 17 anos cometem crimes na mesma proporção dos de 18 anos, enquanto nos estados mais rigorosos, onde a diferença de idade não importa, os de 17 anos cometem 20% menos crimes do que os de 18 anos”.

Para Scheinkman, apoiado nas pesquisas de Levitt, a redução da criminalidade pela punição dos criminosos juvenis é uma evidência da eficiência das penas alternativas ou multas, pois “a transição para a idade adulta é muito rápida, e as taxas de encarceramento dos menores de 18 anos são muito baixas para pensar que a redução dos crimes violentos dos jovens de 17 anos se deve à prisão”.

Jo Becker, em sua apresentação sobre crimes contra crianças, defendeu a tese de que os jovens ainda não estão formados nem mesmo fisicamente, e que não podem ser submetidos a sistemas carcerários que são escolas de crimes.

Denis Mizne, representante do Instituto “Sou da Paz”, uma ONG paulista que trata preferencialmente dos jovens nas comunidades carentes, disse que as ações preventivas são mais baratas e eficientes do que as punitivas.

Segundo ele, os jovens presos ligados ao tráfico são desimportantes para a cadeia de distribuição de drogas, e podem ser substituídos facilmente sem que o crime seja reduzido.

Mizne apresentou uma estatística impressionante: cerca de 90% das prisões efetuadas em São Paulo são flagrantes, o que significa que inexistente um trabalho de investigação para a solução dos crimes.

O risco de um criminoso ser preso é de 0,3%, segundo os estudos realizados, o que significa que existe praticamente a certeza por parte do criminoso de que não será preso, impunidade que estimula a criminalidade e espalha a violência.

Até porque havia enfatizado o papel das penas alternativas e multas como punições dos crimes de menores, Scheinkman reagiu às críticas afirmando que a correlação entre punibilidade e redução da criminalidade é um fato demonstrado cientificamente: “Não há

dúvidas quanto a isso, assim como não há dúvida sobre a correlação entre o ato de fumar e a probabilidade de se ter câncer”, reagiu.

Scheinkman também salientou que combater as raízes sociais da criminalidade, como redução da desigualdade e do desemprego, e melhorar o sistema educacional é fundamental.

Mas chamou a atenção para o fato de que, embora estejam relacionados com a criminalidade, causas como abandono dos estudos e família sustentada apenas pela mãe explicam apenas 7% do envolvimento individual no crime.

Uma coisa que ficou clara nos debates na escola de governo da Universidade de Harvard é como as estatísticas são frágeis, especialmente na América Latina. O economista Rodrigo Soares, da PUC do Rio e da Universidade de Maryland, especialista em estudos de economias emergentes que vão desde a saúde à corrupção e criminalidade, mostrou estatísticas que indicam uma queda significativa dos homicídios no Chile, e foi contestado pelo diretor do Centro de Estudos de Segurança Pública da Universidade do Chile, Hugo Frühling.

Os dados estatísticos de Soares eram da Organização Mundial da Saúde, enquanto Frühling usa os dados da polícia chilena, que mostram uma situação bem menos encorajadora.

Também os dados apresentados sobre a solução de homicídios no Brasil foram contestados ontem. O coordenador de análise e planejamento do Departamento de Segurança Pública de São Paulo, Túlio Kahn criticou as pesquisas que indicam que somente 12% dos homicídios cometidos em São Paulo são esclarecidos.

Segundo seus dados, o índice deve chegar a 60%, quase igualando o estado aos índices de Nova York. Até mesmo os índices do Rio de Janeiro, apontados como ridículos 2,7% dos casos esclarecidos, foram contestados pelo paulista Kahn, que os considerou “excessivamente subestimados”.